

# Ordem para derrubar puxadinhos

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

**A** Justiça fechou novamente o cerco contra as invasões de área pública nas comerciais do Plano Piloto, os chamados puxadinhos. Dessa vez, são os empresários de uma das quadras antigas da Asa Sul que estão na mira das derrubadas. Em 19 lojas da CLS 105 foram feitas ampliações além dos limites dos lotes e os proprietários serão obrigados a manter os contornos originais, planejados para os comércios das entrequadras de Brasília. As passagens entre os blocos, hoje ocupadas com toldos e cadeiras, terão de ser liberadas e as construções irregulares nos fundos das lojas, demolidas.

A ordem partiu do juiz Álvaro Luis de Ciarlini, da 2ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Caberá ao governo local a tarefa de derrubar as invasões. Caso contrário, terá que pagar uma multa diária de R\$ 10 mil. Para o juiz, o poder público foi omissivo e permitiu o avanço das invasões. A ação aguardava julgamento há 11 anos e, apesar da demora, não há prazo estipulado para as derrubadas. De acordo com a sentença, os puxadinhos devem ser removidos um mês após o fim do processo, ou seja, quando todos os recursos tiverem se esgotado e a decisão inicial mantida. Tanto o GDF quanto os comerciantes podem questionar a sentença.

Para muitos comerciantes envolvidos na ação, a 105 Sul é um endereço antigo. É o caso do empresário Jorge Mizuno, 59 anos, dono de uma floricultura tradicional, inaugurada na década de 60. Nos fundos da loja, ele guarda parte do material usado nos arranjos, em um espaço público de 28 metros quadrados, cercado por paredes de tijolos. Pela ocupação, ele paga cerca de R\$ 1 mil, por ano, em taxas ao GDF. Surpreendido pela decisão, o empresário acredita que houve uma injustiça. "Será preciso derrubar Brasília inteira. Falta coerência,

Zuleika de Souza/CB



PUXADINHOS NOS FUNDOS DAS LOJAS DA 105 SUL E AS AMPLIAÇÕES NAS LATERAIS, QUE BLOQUEIAM A PASSAGEM DE PEDESTRES, TERÃO DE SER DERRUBADAS: "OMISSÃO DO GOVERNO", SEGUNDO JUIZ

porque um dia isso foi permitido e depois de 40 anos não é mais. A briga será grande", afirma. A notícia de que as lojas estão ameaçadas surpreendeu os empresários na manhã de ontem.

Aos poucos, a discussão sobre o que fazer para proteger os puxadinhos foi crescendo. Um grupo de três comerciantes decidiu se unir para entrar com recurso na Justiça. "Eu quero um tratamento padrão. Brasília está invadida, não é só a nossa quadra. Nós vamos nos unir porque o caso é grave", argumenta o comerciante José Paulino Filho, 40 anos, dono de uma alfaiataria. Preocupada

com a sua loja, Solange Picorelli, 44, diz que o medo é ver a 105 Sul se tornar exemplo para as outras quadras. "Começaram pela gente. Serão muito rigorosos", acredita.

A subsecretária de Fiscalização de Atividades Urbanas substituta, Bruna Pinheiro, afirma que ainda não recebeu a decisão oficialmente, mas a intenção do governo é cumpri-la. A Sefau vai intimar os empresários para que façam as demolições. Além disso, pela decisão, os comerciantes serão obrigados a pagar uma indenização pelos danos provocados ao meio ambiente, ao patrimônio público, cultural, estético, paisagístico, arquitetônico e social. Os

valores ainda serão calculados, de acordo com o que determina o Código Civil. Mesmo os empresários que compraram lojas há pouco tempo, com as invasões consolidadas, terão que respeitar a Justiça. A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do DF em 1995. Alguns comerciantes venderam suas lojas.

Para o presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires, a desordem na área tombada se mantém porque não há consenso sobre como o caso deve ser tratado. "O governo tem que sair da defensiva, da situação de contestar decisões pontuais. Todo o comércio está irregular e

precisamos de uma iniciativa para buscar uma saída legal, negociada com os empresários, o Ministério Público, o Iphan", sugere. O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, afirma que a polêmica sobre as ocupações depende de um consenso difícil, até mesmo entre especialistas.

Há quatro anos, o órgão estudou o problema e concluiu que uma invasão de três metros a partir dos limites do lote poderia ser aprovada. "Não sou radical, gostaria de ver essas invasões ordenadas e que houvesse uma alternativa justa para todas as partes",

comenta. Mesmo com uma avaliação ponderada sobre o caso, Gastal reagiu duramente à manutenção dos puxadinhos de outra quadra, a 203 Sul. No ano passado, o GDF foi condenado a derrubar as invasões de nove comércios da quadra. Dias depois, os empresários conseguiram liminar protegendo os lotes. O argumento do juiz que beneficiou os comerciantes, Esdras Neves, da 6ª Vara de Fazenda Pública, é de que "tombamentos são restrições à propriedade e não destruição de atividades econômicas geradoras de renda e de emprego". A declaração irritou defensores do patrimônio histórico.